

Resenha bibliográfica*

Book review

PESAVENTO, Fábio; LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira (Org.). *História econômica do Brasil colônia*. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2022. (Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil, v. 6)

Antonio Carlos Jucá de Sampaio**

De novos e antigos rumos: a historiografia econômica do período colonial

Of new and old directions: the economic historiography of the colonial period

Em primeiro lugar, é preciso saudar com alegria a criação, pela ABPHE (Associação Brasileira de Pesquisadores de História Econômica), da coleção “Novos Estudos de História Econômica do Brasil”, da qual o livro aqui resenhado é o sexto volume. Merece elogios sobretudo a forma como a coleção foi concebida, buscando estabelecer o “estado da arte” atual dos estudos sobre história econômica. Num contexto repleto de desafios para o país, a possibilidade de refletirmos sobre os rumos tomados pelas pesquisas sobre a economia nacional nos diversos períodos é sem dúvida da maior importância para o alargamento e o enriquecimento do debate acerca dos rumos do país.

No que se refere especificamente à história do período colonial, deparamo-nos com uma produção ampla e bastante variada no que se refere às formas de abordagem, fruto de perspectivas teóricas diversas que terminam

* Submissão: 21/12/2022 | Aprovação: 09/06/2023 | DOI: 10.29182/hehe.v26i2.907

** Professor Titular do Instituto de História, UFRJ, Brasil | ORCID: 0000-0003-1719-0245 | E-mail: acjuca@gmail.com



por influenciar a construção dos respectivos objetos de pesquisa e as metodologias utilizadas. Por tudo isso, um livro como esse mostra-se absolutamente necessário, por reunir artigos que, sem a pretensão de serem exaustivos, dão um panorama bastante amplo da situação atual acerca dos rumos da historiografia econômica colonial.

Em primeiro lugar, cabe destacar os organizadores responsáveis pelo volume. Fábio Pesavento e Fernando Cerqueira Lima são pesquisadores de reconhecida competência em suas respectivas áreas. O primeiro, um estudioso das redes mercantis que, a partir do Rio de Janeiro, organizaram a economia do Centro-Sul da América portuguesa setecentista. O segundo, um especialista no estudo da moeda e da circulação monetária na colônia. A competência de ambos e a complementaridade de suas formações refletem-se no livro que organizaram.

Numa primeira parte, temos quatro capítulos dedicados às diversas regiões que compunham a colônia, numa preocupação clara de evitar a concentração geográfica no eixo Sudeste-Nordeste, problema comum a trabalhos desse tipo. Estranhamente, no entanto, falta um capítulo dedicado ao Centro-Oeste, sem que haja qualquer informação sobre o porquê da ausência.

O primeiro capítulo dessa seção, sobre a Amazônia, é assinado por Rafael Chambouleyron e Alírio Cardoso. Nele, há não só o resgate da variada produção atual sobre a região como a preocupação central em caracterizá-la a partir de suas especificidades, questionando uma tradição historiográfica que a via como marginal no contexto brasileiro. Surgem aí as “drogas do sertão”, mas também uma agricultura dinâmica e redes de comércio que se estendem tanto pelo Atlântico quanto pelo seu intrincado universo fluvial. Ao final, e em que pesem as lacunas ainda existentes e apontadas pelos autores, é a complexidade da maior região brasileira que se apresenta ao leitor, convidado a conhecê-la.

O capítulo seguinte trata do Nordeste, e é assinado por George Cabral de Sousa, Gustavo Acioli Lopes e Mozart Vergetti Menezes. O problema colocado aos autores é, de certa forma, o oposto do capítulo anterior. O Nordeste possuiu sempre uma centralidade indiscutível na produção historiográfica brasileira, tanto por ter sido a primeira região colonizada em ampla escala quanto pela sua centralidade na agroexportação colonial. Essa centralidade, no entanto, pode se tornar por vezes um fardo. A historiografia brasileira esteve muito tempo capturada pela noção de que a dinâmica econômica se restringia ao setor exportador, sendo este, por sua vez, mero apêndice da

dinâmica econômica europeia.¹ Os autores optaram por não adentrar o debate historiográfico, fazendo, em vez disso, uma análise cuidadosa dos diversos setores da economia nordestina, apresentando uma imagem mais completa da sua evolução ao longo dos séculos. Ao analisarem o comércio, demonstram a importância central das redes na constituição da lide mercantil. Evidencia-se a importância da multiplicação dos pesquisadores locais, cujos trabalhos vieram cobrir aspectos desconhecidos ou mesmo ignorados da economia nordestina. Mesmo assim, terminam por ressaltar as lacunas ainda existentes, sobretudo no que se refere ao abastecimento para o mercado interno e às relações entre as diversas regiões.

O Sudeste, terceira região analisada, ficou a cargo de Carla Almeida e Fábio Pesavento. O texto busca traçar inicialmente as redes de negócio que se estruturaram na região a partir da fundação da Colônia de Sacramento e se intensificaram com a descoberta do ouro no Setecentos. É a partir dessas redes que se pode entender a inserção sudestina no contexto do império português, bem como as transformações sociais que ocorreram no período. Na segunda parte do texto, os autores realizam um levantamento notável do debate historiográfico. Iniciando sua análise com obras de brasilianistas, como Dauril Alden, demonstram como a percepção da economia colonial estava ligada a uma perspectiva externalista, em que as conjunturas internas derivavam direta e inexoravelmente das conjunturas externas. Esse pressuposto, no entanto, será abalado por trabalhos que, a partir da década de 1990 e, de forma ainda mais intensa neste século, demonstraram a importância central do mercado interno para a compreensão da economia colonial, bem como para a existência de grupos mercantis poderosos e com grande autonomia perante seus congêneres reinóis. No entanto, já não se trata mais apenas de repensar as “relações metrópole-colônia”, mas de compreender a inserção regional no interior do império português. Retomamos aqui o papel central das redes de negócios para a compreensão da dinâmica econômica regional.

A última região abordada é o Sul, analisado por Tiago Gil. O texto é dividido em duas partes. Na primeira, há uma apresentação da história econômica da região considerando os trabalhos mais recentes, de forma a dar conta do quadro historiográfico atual. A segunda busca apresentar as transformações na historiografia sobre a região a partir da década de 1930. Sua análise demonstra como, de um quadro excessivamente simplificado, em que a economia do Sul é praticamente resumida ao gado, passou-se a uma crescente

¹ Ver, por exemplo, o trabalho de Stuart Schwartz (1990).

complexificação, que considerou não só a variedade produtiva da região como suas vinculações com outras áreas do império luso e o papel da escravidão na constituição de sua formação social. Ao final temos uma interessante avaliação de conjunto, em que Gil busca não só fazer um resumo das transformações apontadas nas páginas anteriores como também aponta para as carências e possibilidades de pesquisas futuras.

A segunda parte do livro intitula-se “Entendendo os atavismos: temas imprescindíveis à compreensão do Brasil”. Como o próprio título indica, busca-se aqui abordar temas transversais, que englobam as diversas regiões e épocas da história colonial.

O primeiro capítulo, de Maximiliano Lenz e Wolfgang Lenk, propõe-se a tratar da escravidão e do tráfico de escravos, temas centrais para a constituição da sociedade colonial. O texto, no entanto, é organizado a partir das conjunturas do tráfico atlântico de escravos, tal como foram identificadas pelos autores. A escravidão surge aí como um epifenômeno, uma mera derivação do tráfico. Este, por sua vez, nasce e se transforma a partir de conjunturas externas. Assim, a constituição do sistema açucareiro no Brasil em meados do século XVI “atrelava-se aos investimentos capitalistas (sic) no setor de transportes, construção naval e comércio de produtos coloniais, na ponta do desenvolvimento da economia europeia” (p. 133). A partir daí é a Europa quem dita os ritmos do tráfico de escravos, por suas conjunturas econômicas e/ou políticas.

A maior riqueza do texto está na análise minuciosa do cotidiano do tráfico, seja na América ou na África. Temos aí uma descrição das regiões envolvidas, das formas de captura dos cativos, dos impactos nas diversas sociedades e, principalmente, dos mecanismos mercantis que tornavam possível o tráfico negreiro. O resultado final é um texto desigual. Por um lado, apresenta um panorama bastante rico do que foi o tráfico atlântico ao longo de aproximadamente três séculos, tendo por base a historiografia mais recente. Por outro, parece pagar tributo a uma perspectiva historiográfica já ultrapassada ao considerar as conjunturas econômicas (e com elas, as do tráfico) a partir de uma perspectiva puramente externalista.

O capítulo seguinte, de Fernando Cerqueira Lima, analisa a moeda e os meios de pagamento, um tema quase sempre negligenciado pela historiografia, mas ao qual o autor tem se dedicado há anos. O resultado é um panorama bastante completo sobre a “questão monetária” no período colonial, que se inicia com uma apresentação do sistema monetário da época e segue

depois pelas sucessivas conjunturas coloniais. Lima é cuidadoso ao mostrar como a circulação de moeda vinculava-se não só a fenômenos econômicos, como a oferta (ou não) de metais preciosos, como também a interferências políticas, que buscavam quase sempre resolver problemas específicos, como a escassez de moeda. O sistema monetário surge aí, portanto, como resultado da estrutura social em que se encontra inserido.

O capítulo seguinte, de Fernando Gaudereto Lamas, busca analisar os estudos sobre a história agrária. Parte, para isso, de uma análise historiográfica que se inicia na década de 1970, quando Maria Yedda Linhares estruturou, junto com Ciro Cardoso, um programa de pesquisa voltado para a história agrária. A partir daí, Lamas analisa temas que ganharam espaço na área, como a questão da fronteira, a história indígena, o campesinato e os conflitos agrários. Em um segundo momento, o autor se debruça sobre as fontes disponíveis para o estudo da história agrária no Brasil, com uma preocupação didática não só em descrevê-las como em apontar seus limites e suas possibilidades heurísticas. A lamentar aqui somente o tamanho exíguo do texto, tendo em vista que os temas levantados mereciam melhor aprofundamento.

O último texto, de Angelo Alves Carrara, é sobre a Real Fazenda no Brasil. Após uma introdução sobre o sistema tributário português, Carrara realiza uma análise cronológica sobre as conjunturas da fiscalidade na América colonial. Inicialmente, temos o século XVII, com sua enorme dependência dos dízimos e uma série de conjunturas difíceis, ligadas tanto à União Ibérica quanto à Restauração. Nesse contexto, foram as câmaras que avançaram na estruturação do sistema fiscal, tendo em vista a demanda crescente por recursos, notadamente para os gastos militares. Depois, o século XVIII, quando os múltiplos impactos da mineração marcaram a conjuntura fiscal, tanto com o crescimento exponencial das receitas como com a ampliação das fontes de arrecadação e um maior controle da Coroa. Aqui, o autor preocupa-se em analisar separadamente as principais capitânicas da América portuguesa (Minas Gerais, Bahia e Pernambuco), sublinhando as especificidades da organização tributária em cada uma delas. O quadro que emerge, bastante diversificado, mostra como a administração régia se constituía, na prática, a partir de uma correlação de forças que era sempre local.

O resultado final da coletânea é uma obra de inegável qualidade, com textos que conseguiram tanto apresentar o estado atual da historiografia quanto apontar as possibilidades futuras da pesquisa em história econômica colonial, estimulando o debate e o aprofundamento dos estudos. Que tal

exemplo se multiplique no momento em que os historiadores são chamados, mais do que nunca, a participar do debate público nacional.

Referências

SCHWARTZ, S. “Brasil colonial: plantaciones y periferias, 1580-1750.” *In*: BETHELL, L. (Org.). *Historia de América Latina 3. América Latina colonial: economía*. Barcelona: Editorial Crítica, p. 191-259, 1990.